



O peso da compreensão do imaginário na ressignificação espacial dos Centros de Controle de Zoonoses

Carolina Ribeiro Simon, Centro Universitário Barão de Mauá, Brasil
contato@simon.arq.br

PALAVRAS-CHAVE:

Arquitetura; urbanismo; imaginário; iconografia; saúde pública.

RESUMO

Propõe-se uma reflexão sobre o processo da evolução espacial e o papel da compreensão do imaginário na requalificação de espaços considerados inóspitos, em especial de um equipamento pouco estudado no âmbito da arquitetura e do urbanismo: os Centros de Controle de Zoonoses (CCZ's). Esse equipamento surge diante da necessidade de contenção da proliferação das Zoonoses (doenças ou infecções naturalmente transmissíveis entre animais vertebrados e seres humanos) nas cidades. Ao traçar um paralelo acerca da reforma psiquiátrica no Brasil e sua tentativa em transformar a recorrente estrutura de manicômios/hospícios, pretende-se ampliar o debate sobre o atual impasse da estagnação espacial dos CCZ's e seu impacto negativo para a saúde pública das cidades brasileiras. O surgimento de ambos equipamentos, tanto dos manicômios quanto dos CCZ's, ocorre diante de uma série de mudanças sociais e econômicas que demandaram rigorosas medidas de controle social em meio ao acelerado crescimento das cidades, buscando o reordenamento dos espaços urbanos. Tais medidas sanitárias para a manutenção da ordem social, marcas da passagem do século XIX para o XX, demonstram seu impacto no imaginário social e em todo processo de evolução desses espaços. Partindo de Foucault (1975) com análise das ordenações simbólicas do espaço e suas relações de poder e dominação nas práticas sociais, busca-se com esse artigo um embasamento para a investigação dos aspectos que passam pelo imaginário urbano e pelas representações, com respaldo da iconografia e literatura, nos processos de readequação e ressignificação desses espaços.

A aproximação

Os animais estão fortemente ligados ao contexto das transformações urbanas desde as primeiras aglomerações da pré-história, quando se inicia o processo de domesticação que os aproximou e vinculou aos humanos, até os tempos atuais. A Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) estima que 60% das doenças que afetam os seres humanos são zoonoses (doenças ou infecções naturalmente transmissíveis entre animais vertebrados e seres humanos). A história e a evolução da humanidade se apoiam fortemente no desenvolvimento e aprimoramento de técnicas de agricultura, criação e domesticação de animais, atividades iniciadas no período entre 12.000 e 4.000 anos antes de Cristo. Entre 10.000 e 5.000 anos antes de nossa era, algumas dessas sociedades começavam a semear plantas e manter animais em cativeiro, com vistas a multiplicá-los e utilizar-se de seus produtos. Nessa mesma época, após algum tempo, essas plantas e animais especialmente escolhidos e explorados foram domesticados e, paulatinamente, essas sociedades de predadores se transformaram por si mesmas em sociedades de cultivadores (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 70).

Pat Shipman, paleontóloga da Universidade de Penn State, propõe que a interdependência de humanos ancestrais com outras espécies animais - "a conexão animal" - desempenhou um papel crucial e benéfico na evolução humana nos últimos 2,6 milhões de anos, incluindo a criação de ferramentas de pedra, a linguagem e a domesticação. Shipman (2011) acredita que a necessidade de transmitir a outros seres humanos vitais conhecimento sobre os hábitos de outros animais impulsionou o desenvolvimento de símbolos e linguagem, e cita as representações simbólicas de pinturas rupestres como fortes evidências dessa conexão.



Figura 1: Detalhe de "O triunfo da morte", pintura de Pieter Bruegel, 1562. Museo del Prado, Madrid. Espanha. Fonte: Prisma Archivo

Segundo Vasconcellos (2004), admite-se que as zoonoses ocorram desde os tempos pré-históricos da humanidade, no entanto, é a partir de oito mil anos antes de Cristo que as condições favoráveis para transmissão de doenças entre animais e seres humanos se ampliaram, justamente devido ao processo que iniciou a estruturação da agricultura, a domesticação dos animais e o início da vida urbana organizada em aldeias.

Na Idade Média, quando se estruturaram as cidades medievais, ocorre uma significativa expansão das zoonoses devido a formação das grandes aglomerações de pessoas, alimentos e resíduos que favoreceram o crescimento das populações de animais sinantrópicos, ou seja, animais indesejáveis que dividem o mesmo ambiente utilizado pelos seres humanos.

Em virtude das condições sanitárias das cidades e do desconhecimento da etiologia das doenças infecciosas, grandes epidemias assolaram as nações no passado, dizimando suas populações, limitando o crescimento demográfico, e mudando, muitas vezes, o curso da história (REZENDE, 2009).



Figura 2: Rua Direita, Rio de Janeiro. Aquarela e grafite sobre papel. Autoria: Félix-Émile Taunay, 1823. Fonte: Acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo, Brasil. Coleção Brasileira/ Fundação Estudar. Doação da Fundação Estudar, 2007.

A história da saúde pública no Brasil é, em larga medida, uma história de combate aos grandes surtos epidêmicos em áreas urbanas e às denominadas endemias rurais, como a malária, a doença de Chagas e a ancilostomose (LIMA, 2002).

Dentre os surtos que castigaram cidades brasileiras, está a epidemia de raiva que resultou em diversas mortes humanas na década de 80. Buscando conter a epidemia de raiva, foi criado no Brasil o Programa Nacional de Profilaxia da Raiva (PNPR) focado no controle dessa zoonose nos animais domésticos e o tratamento específico das pessoas mordidas ou que tenham tido contato com animais raivosos. O Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) como equipamento

de saúde pública surge em São Paulo em 1973, como parte das ações do PNPR. Essa fase foi marcada pela carrocinha, veículo que capturava os animais soltos nas ruas e encaminhava para o CCZ, onde os animais permaneciam por exatos 3 dias antes de serem sacrificados (caso não fossem procurados por seus tutores nesse prazo).

Importante ressaltar que a carrocinha é anterior a construção do CCZ, a apreensão de animais soltos nas vias públicas foi regulamentada em 1915. Atualmente a imagem desse equipamento de saúde pública é fortemente ligada a abordagem cruel praticada na captura dos animais nas ruas pelos agentes da carrocinha. Em suas análises para compreender o processo histórico da relação dos animais na vida urbana, Aprobato (2006) localiza uma regulamentação da cidade de São Paulo de 9 de junho de 1915 em que já se estabelecia a “apreensão de animais perigosos ou não (...), que fossem encontrados errantes nas vias públicas.

O discurso higienista

Diante do alastramento das epidemias, a preocupação com a questão da higiene nas residências e as estratégias de combate às pragas se tornam recorrentes, e o tema também passa a dominar boa parte do debate urbanístico internacional do final do século XIX. Durante toda a segunda metade do século XVIII, o mundo das ciências vai assistir à grande síntese das teses médico-sanitaristas com as políticas públicas (COSTA, 2013).

Lima (2002) ressalta a dose de otimismo que tomou conta do século XIX, com a crença de que a higiene permitiria intervir positivamente sobre o insalubre espaço urbano.

Tomando como base as teorias que relacionavam a doença com o meio ambiente, médicos e os higienistas propõem a medicalização do espaço e da sociedade, através de normas de comportamento e de organização das cidades como: “localização mais adequada para os equipamentos urbanos; regras para a construção de habitações, hospitais, cemitérios, escolas, repartições públicas, praças, jardins, etc.; intervenção nos ambientes considerados doentios e mesmo migração temporária da população nas estações consideradas mais propensas às epidemias” (COSTA, 2013).

A associação entre cidade massiva e patologia era uma constante, ao mesmo tempo em que o receio diante da desordem e a necessidade de respostas em termos de políticas públicas podia ser verificado nos diferentes países europeus, ainda que com significativa variação nas propostas de reforma (LIMA, 2002).

Destaca-se algumas medidas, como a preocupação com a ventilação e com a contenção do fluxo das emanções sociais: era preciso desaccumular os homens; construir redes de água e esgoto; manter limpos fontes, rios e chafarizes e proceder a uma redistribuição dos equipamentos urbanos. Alguns desses equipamentos são transferidos para periferia da cidade, como: cemitérios, matadouros, hospitais, cadeias, fábricas, lixões etc.

Nesse contexto, da primeira metade do século XIX, diante das concentrações demográficas, das revoltas urbanas, epidemias, violências desencadeadas, Foucault (1984) estabelece a ideia de “medo urbano”: (...) medo da cidade, angústia da cidade que vai se caracterizar por vários elementos; medo das oficinas e fábricas que estão se construindo, do amontoamento da população, das casas altas demais, da população numerosa demais; medo, também, das epidemias urbanas, dos cemitérios que se tornam cada vez mais numerosos e invadem pouco a pouco a cidade; medo dos esgotos, das caves sobre as quais são construídas as casas que estão sempre correndo o perigo de desmoronar... Este pânico urbano é característico deste cuidado, desta inquietude político-sanitária que se forma à medida que se desenvolve o tecido urbano. (FOUCAULT, 1984, p. 87)

A experiência das epidemias de cólera no século XIX, na Europa e nos Estados Unidos, teve papel determinante na percepção das elites políticas sobre os problemas sanitários, favorecendo ações políticas, criação de organizações e intervenção dos Estados nacionais na resolução dos problemas de saúde e nas reformas urbanas (BRIGGS, 1961).

É justamente nesse período que os governos compreendem o papel fundamental da saúde dos indivíduos sobre a economia, fortalecendo o papel do Estado na questão da higiene social. Costa (2013) salienta ainda que, após o século XIX, nenhuma intervenção urbana na sociedade ocidental foi feita sem levar em conta tais doutrinas higienistas.

A higiene pública é fundada como disciplina de intervenção. A medicina higienista do século XIX, visando o controle do meio, do espaço, aponta para uma proposta intervencionista. Ela se propõe recuperar a salubridade do ambiente a partir da medicalização dos espaços doentios. Elabora também, medidas de tipo higiênico-social que possam contribuir para a melhoria da saúde e das condições de existência da população. Propõem o ordenamento do espaço urbano e a intervenção no meio doentio. Ou seja, fazem propostas de medicalização da cidade. Medicalizar a cidade, higienizar significa controlar, intervir nos ambientes suscetíveis de prejudicar a saúde. (COSTA, 2013, p. 59)

Um dos capítulos de “Vigiar e punir: Nascimento da prisão” publicado em 1975, de autoria de Michel Foucault, dedica um capítulo ao Panoptismo¹ onde pretende estabelecer um vínculo entre as estruturas arquitetônicas como dispositivos disciplinares, instrumento de poder. Foucault (2014) inicia o capítulo com uma análise sobre o controle do espaço a nível urbano, citando algumas medidas estabelecidas por um regulamento do século XVII, de quando se declarava a peste em uma cidade: “(...) um policiamento espacial estrito: fechamento, claro da cidade e da “terra”, proibição de sair sob pena de morte, fim de todos animais errantes, divisão da cidade em quarteirões diversos onde se estabelece o poder de um intendente (...)” (FOUCAULT, 2014. p. 190)

A criação de dispositivos disciplinares que buscaram organizar, disciplinar e dar ordem aos corpos, orientou a dinâmica urbana da época de modo incisivo. Foucault (2014) salienta que o

¹ O Panóptico (“o olho que tudo vê”): uma referência ao projeto arquitetônico de uma prisão do inglês Jeremy Bentham.

terror da peste, das revoltas, dos crimes, da vagabundagem (...) estaria por trás desses dispositivos, os sustentando. Definindo muito bem essa relação ao afirmar: “a peste como forma real e, ao mesmo tempo, imaginária da desordem tem a disciplina como correlato médico e político”.

Da cidade pestilenta (através do controle do espaço urbano) ao estabelecimento Panóptico (como marco arquitetônico) são estruturadas as transformações do “programa disciplinar”, com um espaço de tempo de cerca de um século e meio de distância. Sobre o papel do arquiteto e urbanista nesse contexto, Segaud (2016) analisa o que define como pedagogia do espaço, onde ele seria utilizado como um instrumento de saber e de poder, levando a uma eficácia social, em relação a espaços institucionais de encarceramento implementados pelo Estado (hospitais, escolas, oficinas, quartéis...) que contribuiriam para a sujeição dos corpos². O impacto da conformação do espaço sobre os indivíduos em regimes totalitários do século XX é destacado por Segaud (2016), a partir do que define como uma suposta missão civilizadora atribuída ao arquiteto que busca contribuir para a ordem social. Para exemplificar a autora cita a relação entre Hitler e o arquiteto e ministro Albert Speer, para ressaltar a ideia de que a conformação do espaço pode ter um efeito sobre os indivíduos que vivem ou o contemplam.

Assim, um aspecto do poder consiste no exercício de um poder simbólico que “não consiste meramente em acrescentar o ilusório a uma potência “real”, mas sim em duplicar e reforçar a dominação efetiva pela apropriação de símbolos e garantir a obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio” (SERBENA, 2003 apud BACKSO, 1985: 299).

Os centros de controle de zoonoses

O Centro de Controle de Zoonoses surge na cidade de São Paulo com o intuito de desenvolver um trabalho de prevenção, proteção e promoção à saúde pública através do controle de animais domésticos, controles de focos de animais sinantrópicos e educação sanitária. Esses equipamentos surgem em meio a uma política higienista de extermínio, fortemente associada à presença das carrocinhas nas ruas, e que permanecem carregando o fardo de uma imagem relacionada a crueldade, mesmo com a proibição dos sacrifícios de animais³ – somente em 2008.

Antes do surgimento da estrutura física do CCZ, as políticas e ações públicas se debruçavam sobre o controle do espaço urbano, capturando e retirando os animais das ruas. A notável e persistente presença da carrocinha a transforma em um marco nesse processo, que permanece vinculado ao CCZ até os dias atuais. Assim como as penitenciárias e os hospícios, o CCZ se inclui no contexto de equipamentos que surgem como um dispositivo de controle e poder.

Santana (2006) estabelece duas etapas bem delineadas que caracterizam as políticas públicas até então adotadas visando o combate à disseminação de doenças e aos acidentes provocados

² Foucault (2014, p.135) estabelece o conceito da sujeição dos corpos a partir da disciplina, sendo essa responsável por fabricar “corpos submissos e exercitados, corpos dóceis”.

³ Lei nº 12.916, de 16 de abril de 2008. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2008/lei-12916-16.04.2008.html>>.

pelos animais: a primeira etapa, que pode ser intitulada como fase da captura e extermínio (carrocinha); e a segunda etapa, que poderia ser descrita como fase da prevenção ao abandono.

Em 1990 conclui-se que esse método de extermínio dos animais não apresentava um resultado prático satisfatório para o controle da raiva e de outras zoonoses, além de muito custoso para o Estado. Com a conclusão de que a presença de animais nas ruas se origina principalmente do excesso de nascimentos, as autoridades passaram a se preocupar com a questão da superpopulação e conseqüente abandono.



Figura 3: Canil do CCZ de Ribeirão Preto, estrutura herdada da fase “captura e extermínio”. Fonte: Acervo da autora, 2013.

A primeira Reunião Latina Americana de especialistas em posse responsável de Animais de companhia e Controle de População Canina (SOUZA, 2013), evento promovido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e a World Society for Protection of Animals (WSPA), condena essas políticas públicas adotadas até então, demonstrando sua ineficiência do ponto de vista técnico, ético e econômico, propondo uma nova estratégia mais adequada a realidade latino-americana, focada na prevenção (medidas como: vacinação, esterilização, implementação de programas educativos).

Portanto, há uma clara ruptura entre o momento da criação desse espaço, destinado a prática de extermínios de animais, e a atual proposta do espaço em ser um difusor do cuidado animal e da prevenção de zoonoses através de medidas preventivas. Do confinamento de animais a espera do extermínio, o espaço passa a dar lugar ao alojamento de animais a espera de adotantes.

A cidade registra diferentes períodos da urbe e da narrativa da vida dos participantes que a experimentam: “mesmo após o fim de um período cronológico, as influências culturais e simbólicas permanecerão inscritas no espaço, e ainda farão parte de sua estrutura material”. (CRESTANI, 2014, p. 29).

Vagando pelas ruas: os loucos e os cães

No início do século XIX a loucura passa a ser “objeto de intervenção por parte do Estado” (ACIOLY, 2009) com a chegada da Família Real ao Brasil, resultado dos processos que buscam um suposto controle social dos indivíduos e da população através de uma ordenação de todas as esferas da vida urbana.

Acioly (2009) destaca que nesse período de modernização e consolidação da nação brasileira como um país independente, passa-se a ver os loucos como “resíduos da sociedade e uma ameaça à ordem pública”.

Aprobato (2006) também ressalta o papel da modernização e da busca pelo progresso em relação a tratativa com os animais na cidade de São Paulo, quando ao serem colocados sobre a mira do moderno, da higiene e da civilização, foram “ganhando outros graus de importância e valor, foram se transformando em objeto de novas formas de controle, uso, sensibilidade e atitude; e passam a ter outros significados e representações”.



Figura 4: Newington Butts, Londres, 1820. Fonte: APROBATO, 2006.

Na história da cidade de São Paulo, a presença dos animais nas ruas sempre foi notável e também importante para o desenvolvimento da cidade. Sobre a relevância das tropas de bestas, Prado (2000) ressalta sobre o fato de terem sido, durante mais de um século, o principal meio de locomoção e transporte da colônia e ainda no Império Independente, afirmando que “sem elas, o Brasil teria andado mais devagar ainda que andou”. Dos bois de carros às mulas de tropas, passando por uma infinidade de outras espécies, a São Paulo de fins do século XIX e primeiros anos do XX era uma cidade repleta de animais, (...) que eram parte intrínseca da vida cotidiana, que dividiam e “invadiam” espaços e que muitas vezes causavam incômodos ao homem do período (APROBATO, 2006).

A recorrência da defesa dos animais está na obra do francês Michel de Montaigne, inclusive em um de seus livros não ficcionais mais conhecidos: “Ensaio”, publicado em 1580, em que utiliza exemplos de práticas do século XVI onde se legitima a crueldade em relação aos animais. Montaigne assinala uma transformação da relação dos homens com os animais, narrando alguns tratamentos especiais que eram dedicados a animais diversos, como os turcos com suas obras de caridade e hospitais para os bichos, os romanos tinham um serviço público para a alimentação dos gansos, dentre outros. A partir disso, aponta o século XVI como um período de exemplos “inacreditáveis” de legitimação da crueldade, intensificados principalmente pelas guerras. E quanto mais animais eram mortos, mais bárbaro o homem se tornava, ampliando a morte dos seus.

Um aspecto incomum de ambos equipamentos é sua relação com a cidade, em que estabelece uma barreira/afastamento muito clara dentro do tecido urbano em que se inserem, o que poderíamos identificar no que GOFFMAN (2001) estabelece como “instituições totais”:

“(...) toda instituição tem tendências de “fechamento”. (...) algumas são muito mais “fechadas” do que outras. Seu “fechamento” ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, flores ou pântanos. (...)” (GOFFMAN, 2001, p.16).

As carrocinhas levavam os animais para o afastado depósito em que seriam exterminados (mais tarde para o CCZ, que também tende a ser implantado em locais afastados), os “trens de louco” garantiam que eles seriam levados para longe e trancafiados em grandes hospícios.

“Instalado forçosamente na periferia do espaço social, nos confins do espaço urbano, nos limites da cidade e da razão, o louco como um não sujeito e como um quase sujeito seria ativamente convertido em sujeito da razão e da vontade, mediante as técnicas de sociabilidade asilar impostas pelo tratamento moral.” (BIRMAN, 1992, p. 75).



Figura 5: Estação Bias Fortes, onde chegavam os chamados “trens de doido”. Fonte: ARBEX, 2013



Figura 6: Fotos ilustrando manual sobre a atuação do CCZ em São Paulo: Agentes de zoonoses capturando animal na rua; Veículo para transporte dos animais apreendidos: “carrocinha”. Fonte: Manual do Ministério da Saúde, 1989.

Sobre essa relação dos animais no contexto do planejamento urbano no início do século XX, Aprobato (2006) salienta, a partir de sua análise da legislação municipal de São Paulo, como os animais transformam-se em alvo constante de “perseguição”, citando leis que claramente tem intenção de afastar, camuflar a suas existências na cidade, através de um “intenso controle”. Em relação a esses confrontos, o autor complementa: “(...) os animais, mais do que representações, são presenças vivas, que se manifestam das mais diversas maneiras se interpondo constantemente nos caminhos da tão almejada e exclusivista modernização” (APROBATO, 2006 p. 114).

A forte relação dos animais na vida urbana permeia registros fotográficos e artísticos, assim como a literatura, com relatos do cotidiano nas cidades, tanto em crônicas como em ficções e inclusive na poesia.

No romance *Anarquistas Graças a Deus* de Zélia Gattai, os cães e a imagem da carrocinha como parte do cotidiano de imigrantes é presente na narrativa com tom de testemunho. No texto, a autora narra detalhes da rotina da carrocinha pelas ruas, demonstrando as “lutas” dos moradores em salvar os animais das laçadas dos agentes de zoonoses.

“Eu detestava os ‘homens da carrocinha’ ainda mais do que à dona Vicenza. Quando os via acuando um cão - dois e três homens, armados de laços, contra pobre e indefeso animal - sentia ódio dos covardes. Muitas vezes agarrava-me a bichinho, sem jamais tê-lo visto antes, para evitar que fosse laçado.” (GATTAI, 1998, p.71)

Gattai, 1998 utiliza o termo “depósito” para designar o local em que os animais eram levados pela carrocinha, antes de ser construído em São Paulo o CCZ: “O depósito de cachorros ficava na Ponte Pequena, nas imediações do “Clube de Regatas Tietê”, bastante longe lá de casa. Os cães apanhados nas ruas permaneciam presos a disposição dos interessados, durante três dias, em enormes jaulas de ferro”.

A disputa com os “homens da carrocinha” para salvar o animal da morte também foi documentada em reportagens, inclusive uma série de fotos do fotógrafo Sérgio Jorge documentou uma sequência de cenas de um desses episódios, que vai de encontro com vários relatos sobre essa perseguição aos cães nas ruas de São Paulo, inclusive a já citada de Zélia Gattai.



Figura 7: Reportagem da revista *Manchete*, de 1959, mostra garoto tentando impedir a captura de cão.

As crônicas da época também tratam do assunto, destaque para “A carrocinha” de Lima Barreto:

“- Lá vem a carrocinha! – dizem
E todos os homens, mulheres e
crianças se agitam e tratam de avisar
os outros”
(...)

“A lei com a sua cavalaria e guardas
municipais, está no seu direito em
persegui-los; elas, porém, estão no
seu dever em acoitá-los”
(BARRETO, 1995, p.51-52)

O urbanista Henry Pierre Jeudy ressaltou a importância da crônica como testemunho, afirmando que olhar do cronista, com sua alma flanêur, retira o fato do tecido urbano e os transforma em fragmentos singulares do cotidiano, capazes de se constituírem como narrativa do urbano.

Sobre os cães nas ruas da cidade de São Paulo em 1962, Jorge Americano escreve em tom irônico e ressaltando uma lenda urbana também disseminada na época da carrocinha (que os cães virariam sabão após mortos):

“Pensei que não havia mais, porém há tempos ainda vi uma. Cachorros de comportamento execrável, que costumam latir e agredir sem motivo, viravam da esquina de onde vinha o perigo e pretendiam fazer amizade de última hora com a gente que passava. A explicação, eu tive ao chegar à esquina. Homens perseguiam-nos com grandes laços, no que eram atrapalhados propositadamente pelos moleques da rua. Enquanto isso, da carrocinha parada saíam uivos desesperados de cães de todas as idades, temperamentos, tamanhos, qualidades de focinhos e de orelhas, cores, e espessuras de pêlos, maltratados, com falhas que exibiam o curo pelado. Eles, que sempre viveram inúteis, à cata de um osso nas latas de lixo, sem terem onde cair mortos, desesperavam-se diante da perspectiva honrosa de morte digna, que os transformaria em sabão de lavar roupa!” (AMERICANO, 1963, p.141)



Figura 8: Animal sendo capturado e tentativa de menino em “salvá-lo” da carrocinha. Foto: Sergio Jorge, 1960.

Na poesia de 1950, “O Cão sem plumas” de João Cabral de Melo Neto, é traçado um paralelo ao revelar a cidade do Recife pela lente do rio Capibaribe, com “o cão do qual ninguém cuida, o cão de rua sem enfeites, sem plumas”.

Lordello (2013) analisa o texto e resalta o comparativo do rio que “percorre as contradições sociais que a economia fez emergir na paisagem, com o vira-lata de rua”. Estabelecendo um paralelo com o papel fundamental dessa inserção no meio urbano (que cabe tanto ao rio como ao cão) e seu abandono dentro do contexto da cidade.

O cinema brasileiro também representou a ideia dessa relação, com destaque para o filme “A Carrocinha”, de 1955, que como o nome sugere, trata de modo mais direto da temática. O início do filme não poderia ser mais significativo: demonstra o marco da chegada do veículo da carrocinha na cidade, como símbolo de progresso. Ao longo da narrativa a resistência do agente designado em apreender os cães é muito marcante, o que retrata um pouco do discurso higienista usado na época, em que o extermínio de animais era posto como necessário, em defesa de um “bem maior”, da higiene e saúde urbana.

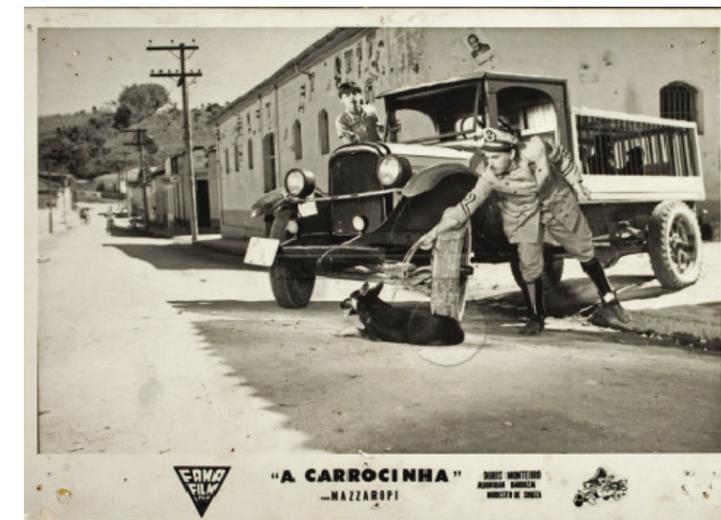


Figura 9: Cena do Filme “A carrocinha” de 1955. Fonte: Acervo Cinemateca Brasileira.

Em um estudo sobre processo de higiene e limpeza social na São Paulo dos séculos XIX e XX, Sobrinho (2013) resalta o papel do engenheiro e do médico, especial o médico-sanitarista, que “aparecem como personagens de uma elite que propiciará as intervenções necessárias ao estabelecimento da nova ordem higienista; ações sanitárias serão desenvolvidas com vistas a combater epidemias, um ideal de limpeza e, ao mesmo tempo, desejo utópico do progresso”.

Aprobato (2006) destaca a definição encontrada na primeira versão do Código de Posturas de 1873, em que os loucos e escravos eram tidos, pelo poder público municipal, quase que na mesma dimensão em que eram vistos os cães (...) sem raça”.

“O espaço se produz, de tempos em tempos, como estrutura arquitetônica, como representação cultural, como metáfora da experiência, como dimensão psicológica ou como possibilidade terapêutica. O espaço, de fato, é uma realidade complexa de interações, de representações, de cenas e de retro-cenas, sociais e pessoais” (AMARANTE, 2000 apud WEYLER, 2006, p.381)

Por uma ressignificação espacial

Muito se discute sobre manicômios, inclusive no âmbito da arquitetura e urbanismo. O enfoque em traçar paralelos entre esses dois equipamentos de saúde pública (manicômios e CCZ), é justamente fomentar a discussão acerca da necessidade de um processo de ressignificação desses espaços, levando em conta o processo histórico e o imaginário social envolvido. Ambos equipamentos se consolidam em meio ao contexto dos projetos modernizantes e autoritários de “limpeza” da cidade e esse aspecto marca fortemente o desenvolvimento desses espaços, até os dias atuais, principalmente no imaginário social.

Asilo de alienados, quartel de polícia, hospital psiquiátrico, hospício, asilo de mendicância e casa de correção tinham como função principal realizar a exclusão social do louco, garantindo que ele não ficasse perambulando pela rua, à vista dos passantes, o que era incompatível como nosso pretense grau de civilidade (FONTE, 2012). O primeiro estabelecimento no Brasil a dedicar-se especificamente ao tratamento dos alienados foi o Hospício de Pedro II, no Rio de Janeiro, criado em 1841. Mas o processo de contestação do modelo asilar ganha força somente a partir de 1978, com um movimento social de base que adota o lema “*Por uma sociedade sem manicômios*”. Sobre esse processo denominado “reforma psiquiátrica”, Amarante (1998) ressalta o fato desse ser “um processo multifacetado e muito mais complexo do que a mera reorganização dos serviços de assistência em saúde mental, extrapolando o campo da psiquiatria enquanto um saber-fazer especializado”. Antes disso, foram feitas várias tentativas de requalificação desses espaços, incluindo alterações em sua designação: o Código Brasileiro de Saúde, publicado em 1945, condenou as denominações ‘asilo’, ‘retiro’ ou ‘recolhimento’, reconhecendo a categoria ‘hospital’, se afirmando o espaço de atuação do hospital psiquiátrico.

De acordo com Fonte (2012), a influência dos movimentos de crítica à psiquiatria começou a se fazer sentir no contexto social brasileiro, principalmente a partir da década de 1980 quando “alguns grupos de técnicos de saúde, acadêmicos, militantes sociais, organizações comunitárias e afins, influenciados pela Psiquiatria Democrática Italiana – especialmente o pensamento de Franco Basaglia - começam a criar uma sistematização de pensamento contra hegemônico na assistência em Saúde Mental”.

No final da década de 1980, surgem os primeiros Centros de Atenção Psicossocial – CAPS e fecham-se alguns manicômios e se inicia um embate epistemológico, político e técnico em prol de “uma sociedade sem manicômios”. A partir de então, surgem vários desdobramentos com a “criação e fortalecimento de uma rede de serviços substitutivos, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Núcleos de Atenção Psicossocial (NAPS), Hospitais-Dia,

Centros de Convivência, Serviço de Urgência e Emergência Psiquiátrica em Pronto-Socorro Geral, etc (FONTE, 2012)”. Busca-se com isso “o acompanhamento clínico e reinserção social” de seus usuários “por meio de acesso ao trabalho, ao lazer, exercício de dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários” (DELGADO et al, 2007: 59). Apesar dos avanços, a superação do o estigma do “louco” como pessoa perigosa ou incapaz ainda é um desafio para a reforma psiquiátrica. Porém, muito se discute sobre o assunto, demonstrando a importância de uma análise multidisciplinar que leve em consideração o processo histórico e o imaginário social.

Em relação aos CCZ's, apesar dos progressos nas legislações que protegem e garantem direitos aos animais, poucos avanços foram conseguidos em relação as estruturas físicas desses espaços. Dentre as diversas descrições de Lima Barreto sobre os hospícios que vivenciou em seu Diário⁴, destaca-se a recorrência da definição como um espaço “frio, severo...”, que facilmente poderia ser utilizada em relação aos espaços dos Centros de Controle de Zoonoses, aos moldes da época da captura e do extermínio, e que em grande parte das cidades brasileiras permanece com a mesma estrutura física e atmosfera sombria. A “voz” dos usuários desses espaços não tem força para encabeçar uma luta por melhorias espaciais, o que pode contribuir com o desenvolvimento vagaroso desse processo

Os animais não podem expressar direta e claramente suas insatisfações e contestações sobre as péssimas condições desses equipamentos, assim como os pacientes dos hospitais psiquiátricos, que apesar da possibilidade de comunicação oral, tem suas manifestações subestimadas.

Um dos marcos de movimentos que reivindicam por mudanças estruturais dos CCZ's, foi a manifestação feita em maio de 2009 em São Paulo, que propunha justamente o seu lema: “CCZ: *Muda ou Fecha*”. Essas movimentações, iniciativa de protetores de animais da cidade, intensificam as denúncias de maus-tratos contra os animais nesses espaços. A prefeitura de São Paulo chegou a ser investigada em 2011 por maus tratos aos animais devido às condições que se encontravam, de acordo com o laudo apresentado a antiga estrutura é totalmente inadequada para o confinamento dos animais. Dos seis pontos apresentados nesse relatório da bióloga e perita Andréa Freixada⁵ após visita ao CCZ, cinco deles são relativos a problemas relacionados a questão espacial, sendo caracterizado maus tratos justamente pelas condições físicas do local em relação ao alojamento desses animais.

O tema da presença dos animais no espaço urbano, correlacionado com a ação e os discursos de entidades protetoras, ainda é pouco explorado no Brasil, comportando estudos comparativos com situações semelhantes ocorridas em outros países no mesmo período (WANG, 2012). Dentre os movimentos em busca de uma reformulação desse equipamento público, a maioria costuma ser endossada por ONGS e protetores de animais, não havendo uma movimentação significativa em conjunto com outros segmentos da saúde pública, medicina veterinária e arquitetos e urbanistas.

⁴ BARRETO, Lima. Diário do hospício: O cemitério dos vivos; prefácio Alfredo Rossi; organização e notas Augusto Massi, Murilo Marcondes de Moura. 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

⁵ O Inquérito policial 229/11 foi instaurado na delegacia de meio ambiente, por solicitação do Promotor de Justiça Criminal Srº José Romão de Siqueira Neto.

HODAK, 1999 sugere que os animais seriam bons reveladores para se estudar o espaço urbano, a divisão do trabalho e práticas cidadinas. Diamond (2012) estabelece o processo de aproximação com animais, a domesticação, como um fator fundamental no desenvolvimento das sociedades, principalmente no sucesso da agricultura, ressaltando também o potencial dos germes e a necessidade em dominar as zoonoses. A relação entre humanos e animais é indissociável, cabe a nós usufruir dos avanços científicos para garantir um equilíbrio nessa relação dentro das cidades, combatendo as zoonoses de maneira eficiente e evitando danos irremediáveis.

Nesse processo acelerado de transformações urbanas pelas quais passou a capital paulista entre as décadas finais do século XIX e as primeiras do XX, Aprobato (2006) destaca a “escolha física e simbólica dos animais como elementos singulares de experimentação, contraponto e confronto para justificação, construção, enaltecimento ou detração – real ou imaginária – da modernidade paulista”. O autor salienta ainda a relevância dessa relação entre os humanos e animais no contexto da modernidade, sugerindo que muitos habitantes de São Paulo encontram nessas criaturas, “completamente as margem do sistema oficial”, “campos férteis e portos seguros para sobreviver às novas experiências da vida moderna”.

Para propor uma ressignificação é essencial compreender o processo da construção do significado atual. Só desse modo é possível propor a reconstrução da imagem do equipamento, indo além de uma visão reducionista de uma readequação espacial focada apenas no caráter da revisão do dimensionamento dos espaços, por exemplo.

Compreender a cidade como forma e formato cultural permite relacionar sua concretude com imagens socialmente estabelecidas que também se referenciam no imaginário (CRESTANI, 2017).

De acordo com Borde (1999) é cada vez maior a quantidade de estudos urbanos que utilizam

o imaginário como categoria analítica para a compreensão dos processos urbanos. Pesavento (2002) acredita que o imaginário pode ser definido como um sistema de representações coletivas de idéias e imagens que é construído pelos homens para atribuir significado ao social.

Ora, a cidade é em si uma realidade objetiva com suas ruas, construções, monumentos e praças, mas sobre este real os homens constroem um sistema de idéias e imagens de representação coletiva. Ou seja, através de discursos e imagens, o homem re-apresenta a ordem social vivida, atual e passada, transcendendo a realidade insatisfatória. Há, pois, um deslizamento de sentido, uma representação do outro que não é idêntica, porém análoga, uma atribuição de significados que expressam intenções, desejos, utopias, mitos. Endossar esta postura implica assumir a decifração do real pelo imaginário, ou seja, pelas suas representações. (PESAVENTO, 2002. p.26)

Seberna (2003) destaca a função social e os aspectos políticos do imaginário, alegando que “na luta política, ideológica e de legitimação de um regime político existe o trabalho de elaboração de um imaginário por meio do qual se mobiliza afetivamente as pessoas. Através do imaginário social “as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam

seu passado presente e futuro”. O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias ... [e]...por símbolos, alegorias, rituais, mitos.” (CARVALHO, 1987: 11 apud SEBERNA, 2003).

Atualmente, nas discussões acerca do planejamento urbano no Brasil, as questões relacionadas ao combate às zoonoses e ao bem-estar animal permanecem com certa tendência à invisibilidade, presas às ideias e estruturas defasadas de seu passado sombrio. Propõe-se através dessa investigação inicial, fomentar as discussões sobre o peso do imaginário no processo de ressignificação espacial de equipamentos públicos de saúde. Dada a importância do CCZ como equipamento público, dentro da dinâmica e desenvolvimento urbano, se mostra fundamental uma contribuição de arquitetos e urbanistas nessa discussão para que de fato esses espaços sejam devidamente repensados e ressignificados, usufruindo de seu potencial e ressaltando o seu papel para a sociedade no contexto urbano.

Referências

ACIOLY, Y. A. ; BRASIL, Glaucéria Mota . Reforma psiquiátrica: Construção de outro lugar social para a loucura?. In: I SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA & POLÍTICA UFPR 2009, 2009, Curitiba-PR. Seminário Nacional Sociologia e Política (Online). Curitiba-PR-Brasil: Disponível em: www.humanas.ufpr.br/evento/sociologiapolitica/, 2009. Acessado em: 10/02/2019.

APROBATO, Nelson Filho. O couro e o aço: sob a mira do moderno: a “aventura” dos animais pelos “jardins” da Paulicéia, final do século XIX / início do XX. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade de São Paulo. São Paulo: 2007.

AMERICANO, Jorge. São Paulo Atual (1935-1962). São Paulo: Edições Melhoramentos, 1963, p. 141.

BACKSO, B. Enciclopédia 5 – Anthropos – Homem. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.

BARRETO, Lima. Crônicas escolhidas de Lima Barreto. Coleção Folha - Não dá pra não ler. São Paulo: Ática, 1995, pg. 51-52.

BOURDIEU, P. O Poder simbólico. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1989.

BRIGGS, A. Cholera and society in the nineteenth century. Past and Present, 19: 76-96, 1961.

CARVALHO, J. M. A Formação das almas: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COSTA, Maria Clelia Lustosa. O discurso higienista definindo a cidade. Mercator, Fortaleza, v. 12, n. 29, p. 51-67, set./dez. 2013.

CRESTANI, A. M. Z. Revelando lugares e territórios urbanos: espacialidades urbanas e suas sobreposições na cidade contemporânea. Curitiba: Appris, 2014.

_____, A. M. Z. & Martins de Araújo Klein., R. M. (2017). Espaço, imagem e memória: adensamento dos conteúdos coletivos a materialidade da cidade. Territorios (36), 139-157.

DIAMOND, Jared M., Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas. Tradução de Nota Assessoria, Silvia de Souza Costa. 11 edição. Record. Rio de Janeiro, 2009.

FONTE, Eliane Maria Monteiro. DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LOUCURA À REFORMA PSI-

QUIÁTRICA: as sete vidas da agenda pública em saúde mental no Brasil. PPGS - Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, v.1,n.18 (2012).

FOUCAULT, Michel. O nascimento da Medicina Social. In FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Rio, Ed.Graal, 1984.

_____, M. História da loucura na idade clássica. 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

_____, Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramalhe. 42 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GATTAI, Zelia. Anarquistas, graças a Deus. 29º ed. - Rio de Janeiro: Record, 1998.

GOFFMAN, E. Manicômios, prisões e conventos. 7.ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

HODAK, Caroline. Les animaux dans la cité: pour un histoire urbaine de la nature. Genèses, n. 37, p. 156-169, 1999.

LIMA, Nísia Trindade. O Brasil e a Organização Pan-Americana da Saúde: uma história em três dimensões. In: FINKELMAN, Jacobo (Org.). Caminhos da saúde pública no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010, p. 568

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, Memória e Centralidade Urbana. Rev. Mosaico, v.1, n.1, p.3-12, jan./jun., 2008

PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

REZENDE, JM. À sombra do plátano: crônicas de história da medicina [online]. São Paulo: Editora Unifesp, 2009. As grandes epidemias da história. pp. 73-82.

SANTANA, Luciano Rocha & OLIVEIRA, Thiago Pires. Guarda Responsável e Dignidade dos Animais. Revista Brasileira de Direito Animal. v. 1, n. 1, 2006. Disponível em: <<http://www.nipeda.direito.ufba.br/artigos/pdf/guardaresponsveledignidadedosanormais.pdf>>.

Acesso em 21/12/2018.

SEGAUD, Marion. Antropologia do espaço: habitar, fundar, distribuir, transformar / Marion Segaud; tradução de Eric R. R. Heneault. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.

SERBENA, Carlos Augusto. Imaginário, ideologia e representação social. Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas, v. 4 n. 52, 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/viewFile/1944/4434>>. Acessado em 18/01/2019.

SOBRINHO, Afonso Soares. São Paulo e a Ideologia Higienista entre os séculos XIX e XX: a utopia da civilidade. Sociologias, Porto Alegre, ano 15, no 32, jan./abr. 2013, p. 210-235.

SHIPMAN, Pat. The Animal Connection: a new perspective on what makes us human. W. W. Norton & Company, Nova York, 2011.

VASCONCELLOS, S.A. Zoonoses, Conceito. Centro de Vigilância Sanitária e Controle de Zoonoses, Ibiúna-SP, 2004. Disponível em: <www.cevisa.ibiuna.sp.gov.br> Acesso em 14/01/2019.

WANG, Jessica. Dogs and the Making of the American State: Voluntary Association, State Power, and the Politics of Animal Control in New York City, 1850-1920. The Journal of American History, p. 998-1024, march 2012.

WEYLER, Audrey Rossi. O hospício e a cidade: novas possibilidades de circulação do louco. Imaginário, São Paulo. a.12, n.13, p. 381-395, jul/dez 2006.

WILKOSZYNSKI, Artur do Canto. Imagens da arquitetura: narrativas do imaginário urbano em Porto Alegre. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

